INDICAÇÃO 093/2025

À Mesa Diretora

Câmara Municipal de Carmo da Mata

Exmo. Sr. Presidente,

O vereador LEO CRUZ, de acordo com o contido no artigo 126 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores deste município, vem INDICAR a Excelentíssima Prefeita Municipal, o que segue:

Que analise a possibilidade de encaminhar a esta Casa, como proposição legislativa, o anteprojeto de lei 001/2025, cópia anexa, visando a alteração da Lei Municipal 1.436/2014, de forma que seja solicitado, para fins de loteamento, laudo de vistoria e aprovação emitido pela defesa civil, conforme justificativa anexa ao anteprojeto.

Nestes termos, pede deferimento.

Carmo da Mata, 15 de setembro de 2015.

_____

Eduardo Piassi

Vereador Eduardo

ANTEPROJETO DE LEI Nº 01/2025

Acrescenta o inciso V ao artigo 7º da Lei Municipal nº 1.436, de 2014, que estabelece normas para o parcelamento do solo urbano no Município de Carmo da Mata/MG, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DA MATA, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso V ao artigo 7º da Lei Municipal nº 1.436, de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º (...)

V – apresentação de laudo de vistoria e aprovação emitido pela Defesa Civil, atestando a segurança estrutural, ambiental e urbana da área objeto do parcelamento, como condição indispensável para aprovação do empreendimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo da Mata/Mg, 15 de Setembro de 2025.

_____

Eduardo Siva Piassi

Vereador

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto tem como objetivo assegurar que a aprovação de novos loteamentos no Município de Carmo da Mata/MG observe parâmetros mínimos de segurança urbana, estrutural e ambiental, mediante a obrigatoriedade de apresentação de laudo de vistoria emitido pela Defesa Civil.

Tal exigência contribuirá para a prevenção de riscos de deslizamentos, enchentes, erosões e outros problemas estruturais que possam comprometer a vida, o patrimônio dos cidadãos e o ordenamento urbano municipal.

A medida também reforça a segurança jurídica e técnica no processo de aprovação dos empreendimentos, garantindo que apenas loteamentos compatíveis com as normas de segurança urbana sejam autorizados.

Assim, a inclusão do inciso V ao artigo 7º da Lei Municipal nº 1.436/2014 revela-se medida de interesse público e de relevância social.

Carmo da Mata/Mg, 15 de Setembro de 2025.

_____

Eduardo Siva Piassi

Vereador